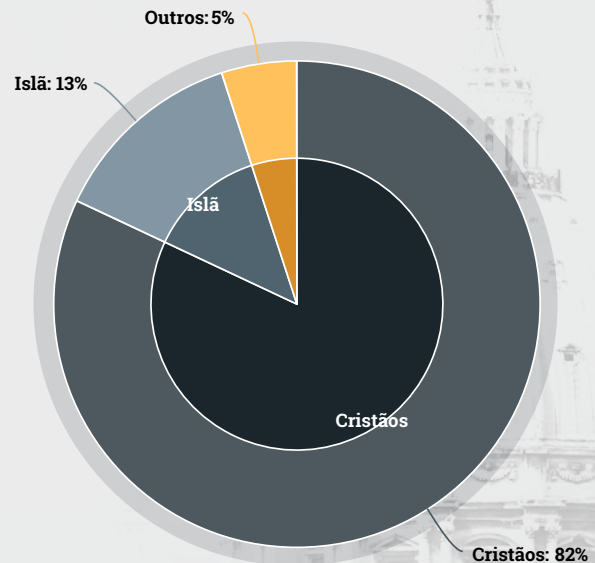
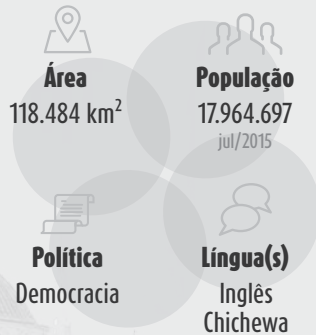


Malauí



A República do Malauí situa-se no ponto em que as populações predominantemente cristãs da África Austral encontram a região da África Oriental, onde o Islã também tem tido uma presença forte há séculos. No Malauí, os católicos são 21% de todos os cristãos e, como tal, são o maior grupo cristão, seguido pela Igreja Presbiteriana da África Central.^[1] Há igualmente grupos menores de anglicanos, batistas, adventistas e evangélicos, além de grupos de outras crenças, incluindo hindus, bahá'ís, judeus e rastafáris. Por sua vez, os muçulmanos constituem uma minoria forte. A forma de Islamismo praticada no Malauí é 90% sunita. A maior parte dos muçulmanos vivem ao longo da costa do Lago Niassa, um dos maiores lagos interiores da África.

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição garante a liberdade religiosa.^[2] Os grupos religiosos são obrigados por lei a registrarem-se junto das autoridades.^[3] No entanto, o conteúdo da sua crença e as suas

atividades não são monitorados pelo Estado. Os estudos religiosos – conhecimento da Bíblia, educação moral e religiosa – são obrigatórios nas escolas primárias, conforme a religião ou denominação dos alunos. De acordo com a Constituição, o objetivo é ultrapassar a intolerância religiosa.^[4] Além disso, há um leque alargado de estabelecimentos de ensino religioso no Malauí. Além das diferentes escolas religiosas, estas incluem estações de rádio e televisão que funcionam sem interferência estatal, desde que as emissões “não sejam ofensivas para as convicções religiosas de qualquer seção da população”.^[5]

INCIDENTES

Não houve alterações institucionais particulares ou eventos relevantes em relação à liberdade religiosa durante o período em análise. No distrito de maioria muçulmana de Mangochi, contudo, houve grandes protestos por parte de muçulmanos contra um responsável escolar local por este incluir o conhecimento da Bíblia no programa da escola primária, em vez de aulas mais abrangentes de educação moral e religiosa. Os manifestantes removeram os pertences do seu escritório e alojamento à força e atiraram-nos para a rua. Mais tarde, este responsável escolar foi transferido para outro distrito.^[6]

[1] Departamento de Estado Norte-Americano, International Religious Freedom Report for 2014

[2] Constituição da República do Malauí, artigo 33 “Freedom of conscience”, http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=218796

[3] Departamento de Estado Norte-Americano, International Religious Freedom Report

for 2014

[4] *Ibidem*

[5] *Ibidem*

[6] *Ibidem*

Apesar deste incidente específico, as relações entre as comunidades religiosas e de fé no Malaui são em geral marcadas pelo respeito mútuo, tal como refletido por várias entidades que trabalharam em conjunto na Rede de Apoio Eleitoral do Malaui para os direitos humanos e as questões de educação cívica. Estas entidades incluíram o Comitê Inter-Religioso de Assuntos Públicos, a Associação Muçulmana do Malaui, a Associação Muçulmana Quadria do Malaui, o Gabinete de Informação Islâmica e a Comissão Católica de Justiça e Paz. Os membros das diferentes religiões também trabalharam em conjunto em várias áreas de negócios e da vida civil.^[7]

Há, no entanto, um problema crescente de ataques xenófobos a migrantes malauianos e a trabalhadores migrantes ao longo da fronteira na África do Sul.^[8] Em 22 de abril de 2015, a Rádio Vaticano relatou episódios recorrentes de violência naquele país. Num ataque no início de abril de 2015, sete pessoas foram mortas. Foram detidas 300 pessoas na sequência dos ataques. A causa inicial foi um discurso inflamatório por parte do Rei zulu. Este discurso levou a uma série de ataques violentos contra migrantes de outras partes da África, incluindo muitos do Malaui e de países vizinhos, como por exemplo o Zimbábue e Moçambique. Uma das principais causas de frustração da população sul-africana local tem sido os elevados níveis de desemprego. Muitos migrantes foram forçados a fugir das suas casas e a procurar abrigo em campos de refugiados improvisados, enquanto as suas casas e negócios foram saqueados e incendiados. De acordo com o ACNUR, mais de 5.000 pessoas já tinham se tornado desabrigadas na altura do relato da Rádio Vaticano.^[9] Enrico Casale, jornalista do *África*, uma publicação da congregação missionária africana dos Padres Brancos, observa que estes confrontos não são nada de novo. Disse: “Claro, é uma repetição constante de um fenômeno que já explodiu verdadeiramente nos últimos anos. Na África do Sul, embora este seja um país fortemente desenvolvido, há profundas diferenças econômicas. Por um lado, temos uma pequena porcentagem de ricos: os brancos e os novos ricos negros. E, por outro lado, temos um enorme número de pobres. E agora esta seção extremamente pobre da população está em conflito com os migrantes, por causa da falta de empregos.”^[10] E acrescentou: “Não penso que a África do Sul possa resolver o problema rapidamente. Mais de vinte anos após o fim do *apartheid*, ainda há enormes diferenças na África do Sul. Mas estes longos processos políticos vão levar muito tempo. De certeza que não vão acontecer rapidamente.”^[11]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Claramente, a muito falada solidariedade entre países africanos tem os seus limites quando se trata da questão de como lidar com os refugiados e migrantes dos países mais pobres, como o Malaui. E, além disso, de acordo com relatos do ACNUR de janeiro de 2016, há um número crescente de refugiados de Moçambique que chegam ao Malaui.^[12] Estas são pessoas que fugiram dos combates entre unidades do Governo moçambicano de Maputo e rebeldes da RENAMO na oposição. A maior parte dos cerca de 1.300 refugiados registrados em janeiro de 2016 eram da província de Tete, no lado ocidental de Moçambique. Eles relataram que as tropas do Governo moçambicano, que procuram combatentes rebeldes, tinham atacado as suas aldeias e perseguido os habitantes em fuga. De acordo com o ACNUR, a situação dos refugiados deteriorou-se muito no início de 2016 porque o influxo de refugiados continuava e havia agora um perigo de doença (sobretudo cólera e malária). Cuidar destes refugiados, tanto social como pastoralmente, é agora um desafio adicional para as Igrejas e comunidades religiosas. A experiência mostra que, onde há pobreza extrema e membros de diferentes religiões vivendo em grande proximidade, o perigo de tensões com motivos religiosos também pode surgir.

[7] *Ibidem*; Departamento de Estado Norte-Americano, International Religious Freedom Report for 2013

[8] http://de.radiovaticana.va/news/2015/04/22/s%C3%BCdafrika_fremden-feindliche_%C3%BCbergriffe_auf_migranten/1138739

[9] *Ibidem*

[10] *Ibidem*

[11] *Ibidem*

[12] <http://www.unhcr.org/5698dbff6.html>